

DIPLOMACIA AMBIENTAL E O FUNDO AMAZÔNIA: O PAPEL DO ITAMARATY

ENVIRONMENTAL DIPLOMACY AND THE AMAZON FUND: THE ITAMARATY'S ROLE

RESUMO: O presente trabalho analisa a diplomacia ambiental e suas convenções climáticas, o projeto Fundo Amazônia e o financiamento para projetos na região, e a importância do Itamaraty na articulação da agenda diplomática brasileira. Neste artigo buscamos compreender as práticas sobre o meio ambiente e como se construiu as relações de acordos sobre o clima e da Amazônia em escala internacional, e sua influência nas decisões internas do Brasil. É bastante relevante a importância da diplomacia ambiental como grande pilar para as negociações internacionais, se torna essencial para construção de um desenvolvimento igualitário e sustentável no Brasil. O fundo Amazônia surgiu a partir de projetos para proteção ambiental e desenvolvimento dos povos locais, a abertura de negociações para contribuição ao fundo é tema a ser estudado nesse trabalho por oportunizar uma atenção especial para região e com colaboração de terceiros. O diálogo internacional proporciona alternância remodeladora de direcionamento de políticas públicas na área ambiental, as convenções impactam diretamente na criação e atualização da legislação interna. Por fim, abordamos o papel do Itamaraty na elaboração de um plano estratégico para o governo federal de como trabalhar nas negociações e na projeção da política externa na área ambiental.

PALAVRAS-CHAVES: Diplomacia Ambiental. Convenções Ambientais. Fundo Amazônia. Itamaraty.

ABSTRACT: *This paper analyzes environmental diplomacy and its climate conventions, the Amazon Fund project and financing for projects in the region, and the importance of Itamaraty in articulating the Brazilian diplomatic agenda. In this article we seek to understand the practices on the environment and how the relations of agreements on climate and the Amazon were built on an international scale, and their influence on the internal decisions of Brazil. The importance of environmental diplomacy as a major pillar for international negotiations is very relevant, it becomes essential for the construction of an egalitarian and sustainable development in Brazil. The Amazon fund arose from projects for environmental protection and development of local people, the opening of negotiations to contribute to the fund is a topic to be studied in this work for providing special attention to the region and with the collaboration of third parties. The international dialogue provides a remodeling alternation of directing public policies in the environmental area, the conventions directly impact on the creation and updating of internal legislation. Finally, we discuss the role of Itamaraty in the elaboration of a strategic plan for the federal government of how to work in negotiations and in the projection of foreign policy in the environmental area.*

KEY-WORDS: *Environmental Diplomacy. Environmental Conventions. Amazon Fund. Itamaraty.*

I. INTRODUÇÃO

A busca de uma origem precisa de um fundador para as relações internacionais implica recuar muito antes do marco de Vestefália em 1648. Sugere-se que o momento fundador das

relações internacionais teria ocorrido no “primeiro encontro” entre bandos diferentes de *homo sapiens* no Paleolítico, cerca de 150-100 mil anos atrás. E a diplomacia não foi diferente, sendo a lacuna das relações internacionais, ela está presente na organização dos povos a milênios, por inúmeras questões, dentre elas a ambiental. Porém essa questão, nunca foi algo realmente prioritário em discussões, o pensamento sobre a escassez de recursos naturais, por exemplo, é recente. Segundo Mazzuoli:

“As diretrizes ambientais e a preocupação com o meio ambiente equilibrado são razoavelmente recentes na história da humanidade, uma vez que apenas na segunda metade do século XX é que de fato ganharam notoriedade” (MAZZUOLI, 2013).

As espécies normativas referentes à proteção do meio ambiente acompanharam esse despertar tardio do homem com relação aos cuidados com a natureza, apesar da rápida evolução, que ocorreu, primeiramente, no âmbito internacional.

No começo dos anos 50, com o forte ativismo da Organização das Nações Unidas, e a descolonização, proporcionou debates oportunos, que geraram um grande número de conferências sobre os problemas mundiais, e ambientais.

O Fundo Amazônia foi criado pelo Governo Federal no Brasil em 2008, gerenciado pelo Banco de Desenvolvimento Nacional – BNDS, essa iniciativa proporcionou um banco de investimentos para promover a sustentabilidade como um todo na região amazônica, tendo o combate ao desflorestamento como principal marca do projeto. Logo após instituída, Alemanha e Noruega, se tornaram os principais colaboradores do fundo depositando bilhões de reais, graças a um projeto diplomático de cooperação e negociações a nível global, o projeto oportuniza a comunidade local de ter acesso a recursos e conhecimento de grande relevância para o desenvolvimento de projetos locais de conscientização, e de outras formas sustentáveis. Desse modo, o trabalho analisa a relação entre Diplomacia Ambiental e Fundo Amazônia, demonstrando o papel do Ministério das Relações Exteriores, representado pelo Itamaraty. Também irá tratar das discussões ambientais na arena internacional, impactando os tomadores de decisão dos Estados a seguirem medidas de proteção ambiental, como é o caso do Brasil.

A presente investigação objetiva analisar o papel do Fundo Amazônia na proteção da floresta Amazônia, consonante ao que se convencionou a chamar de diplomacia ambiental, amparada nos esforços internacionais na proteção para a preservação do clima global. Para isso, se analisará as medidas tomadas em prol da conservação do meio ambiente no âmbito interno e externo, enfatizando o Fundo Amazônia como um interesse internacional de proteção do clima.

A metodologia utilizada para realização do trabalho é exploratória, por meio da análise de fontes bibliográficas e jornalísticas, visando analisar de forma qualitativa as ações do passado e do presente no âmbito da diplomacia ambiental, capitaneada pelo Itamaraty, e na conformação do Fundo Amazônia. Assim, no trabalho foram expostos os resultados e discussões, a partir da análise de medida e ações internas e externas, com a finalidade de compreender quais os critérios com que a proteção ambiental brasileira está sendo traçada, explorando as decisões recentes e sua relação com a (des) conservação da Floresta Amazônica. Sob a política ambiental do Brasil, também irá abordar as decisões que incidiram no Fundo Amazônia.

Por fim, a escolha do tema pautou-se na necessidade de um novo olhar para o tema da política ambiental brasileira seja, pelo Poder Executivo, no âmbito das ações diplomáticas, pela sociedade civil organizada, envolvendo processos decisórios de disputa entre autoridades políticas e, especialmente por envolver o interesse de agentes ligados aos setores agropecuários. É dever de o Estado brasileiro participar de encontros multilaterais, percebendo as mudanças climáticas como fator decisivo de continuação ou não da raça humana. Precisam compreender que há um conflito de interesses existente entre setores da sociedade brasileira, que deve ser sanado por vias políticas. A diplomacia ambiental fica enfraquecida sob esse cenário, visto o clima é um fator presente nas discussões internacionais, vislumbrando com isso seu desenvolvimento econômico sustentável.

II. A DIPLOMACIA AMBIENTAL

Em termos teóricos, a diplomacia ambiental já foi conceituada por diversos termos, entre esses: eco diplomacia, diplomacia verde, diplomacia do ozono, diplomacia de redução de carbono, diplomacia energética, diplomacia da água e ultimamente de diplomacia climática.

Segundo Kurk Dorsey (2021), a diplomacia ambiental pode ser definida em duas categorias gerais:

- a) Convenções que regulam o uso de recursos naturais.
- b) Convenções que regulam a poluição.

Em cada caso, o problema central das discussões são estabelecidas pela razão que as questões ambientais no globo vão além das fronteiras, não existe uma limitação fronteira sobre as consequências da degradação ao meio ambiente, ela atinge o globo como um todo, a necessidade de acordos e discussões multilaterais são essências.

A diplomacia ambiental tem sido um assunto de segundo, ou até mesmo de terceiro escalão de prioridade de assuntos globais de interesse dos Estados, sua importância nunca foi questionável, mas a devida atenção ao problema nunca foi de fato concretizada no mundo. São pequenas ações, e pequenas mudanças que surtem poucos efeitos sobre a real necessidade de sustentabilizar as discussões ambientais nos fóruns internacionais.

Apesar da ideia de que a diplomacia é derivada das relações internacionais, a prática mostra que há tendências de outros atores estatais e não estatais de tomarem protagonismos quando se trata da temática que envolve as questões ambientais e suas negociações e ações ao redor do globo, um exemplo é a atuação das Organizações não-governamentais (ONGs), que são bastante específicas na coleta de dados e nas recomendações e denúncias a Estados e órgãos internacionais; outro exemplo são os municípios e estados que recorrem a paradiplomacia para solucionar questões de fronteiras, e que envolvem questões ambientais, como coleta e armazenamento de lixo, queimadas, saneamento, pesca e outros assuntos.

Outro aspecto é a evolução das pesquisas e ciência sobre as questões climáticas, que crescem a cada dia, e tem buscado incentivo além de representantes governamentais para financiar estudos sobre a área, a evolução da tecnologia tem contribuído bastante para o monitoramento e processamento de dados. O engajamento social e a problematização sobre o meio ambiente tem contribuído muito para alertar as autoridades globais sobre a real necessidade de tomar decisões sustentáveis e de produzir uma agenda verde para as próximas gerações. Exemplo de ativismo pelas questões ambientais, a sueca Greta Thunberg, tem se apresentado em fóruns internacionais, em uma de suas aparições, nas discussões do COP24, em Katowice, na Polônia em 2018, ela disse:

“No ano de 2078, comemorarei meus 75 anos. Se eu tiver filhos, eles, talvez, passem esse dia comigo e, talvez, me perguntem sobre vocês, sobre por que não fizeram nada enquanto ainda havia tempo para agir. Vocês dizem que amam os seus filhos, no entanto, roubam o futuro deles” (THUNBERG, 2018).

Além do mais, existe uma forte necessidade de crença sobre a ciência, às recomendações e resultado de estudos no mundo. A consciência sobre o descaso ambiental é fundamental para combater o problema, em seguida a reprodução de incentivos para pesquisas, e as recomendações, tem que serem fortalecidas. O forte negacionismo que ameaça a diplomacia ambiental, trás consigo fortes tendências de conflitos globais no futuro.

A ONU possui um papel fundamental no desenvolvimento da diplomacia ambiental e na pacificação de possíveis conflitos relacionados a essas questões. Na Agenda 2030, todos os objetivos de desenvolvimento sustentáveis tem relação direta ou indireta com a preservação e

consciência ambiental, como a segurança alimentar, comunidades sustentáveis, ação climática, vidas marinhas, vidas terrestres e necessidade de água potável.

O debate sobre as complexidades climáticas são cada vez mais intensos, a população tomou como consciência as alterações no globo, e começaram a pensar sobre as próximas gerações. As consequências das gerações anteriores já são um legado de péssima experiência sobre governos que não deram tanta ênfase a questão, a diplomacia ambiental é essencial para alimentar a cooperação entre países e entender suas adversidades de forma sólida e construtiva para gerar soluções reais sobre a problemática.

III. CONVENÇÕES GLOBAIS

A primeira grande conferência foi em 1958, que tratava sobre o Direito do Mar, as negociações tiveram um foco em navegações, mas o uso de recursos marinhos sempre era discutido e incluído na agenda. Em algumas das discussões posteriores, as questões de preservação territorial das águas marinhas foram ganhando mais atenção, várias outras rodadas sobre o Direito do Mar foram realizadas durante as décadas posteriores, e as discussões se prolonga até os dias atuais. A governança dos mares, e a capacidade das nações de exercerem essa função é bastante pautada no aspecto de proteção da vida marinha, o que não deixa de ser questionado pelas nações consideradas incapacitadas pela falta de recursos para exercer tal trabalho. O assunto tem gerado controvérsias em discussões, mas é necessária uma cooperação sobre o problema, principalmente no que diz a soberania marítima dos estados sobre esses territórios, nas eventuais ajudas de organismos como a ONU e de Estados desenvolvidos para financiar projetos internos, desenvolvendo a população em vários aspectos.

Em 1972, a ONU organizou a *United Nations Conference on the Human Environment (UNCHE)*, a Conferência de Estocolmo, na Suécia. Essa foi a primeira grande conferência para tratar das questões ambientais no mundo, e contou com 114 países e 500 Organizações não-governamentais (ONGs), a partir desse encontro as questões ambientais passaram a serem incluídas nas agendas diplomáticas no mundo. As principais consequências do encontro foram: a) As ONGs ganharam status de líderes em diplomacia ambiental. b) Os representantes criaram o Programa Ambiental da ONU para servir de agenda global para a proteção ambiental. c) Foram produzidas 109 recomendações para ações de nível local, nacional e internacional.

Em 1987, em Montreal no Canadá, representantes de 60 países assinam um acordo de Proteção da Camada de Ozônio, as partes decidiram fazer uma cooperação incentivando

pesquisas sobre a questão, e lançaram um protocolo, *Montreal Protocol*, que estabelecia as substâncias de degradavam a camada de ozônio, cortando a produção dessas substâncias até 1999. Em 1989, 81 países se encontraram na Finlândia, para apresentar estudos sobre o problema da camada de ozônio, o que de fato conluió a poluição. As nações estabeleceram banir toda emissão de *clorofluorocarboneto* até 2000.

No vigésimo aniversário da Conferência de Estocolmo, os países se encontraram no Rio de Janeiro, Brasil (COP 92), dessa vez 170 países fizeram parte do encontro, era uma grande oportunidade para os líderes apresentarem suas demandas e resultados até então. O evento oportunizou países que não tiveram envolvidos nos outros encontros a aderirem, e começarem a seguir os protocolos ambientais, em troca, muitos países subdesenvolvidos foram agraciados com tecnologia para dar um novo patamar as produções industriais. Nessa oportunidade, também foi discutido o tema de aquecimento global, houve desacordos sobre o tema, principalmente entre nações que questionavam a necessidade de manter a atividade econômica, e de outros que viam a questão como benéfica apenas a países desenvolvidos.

Em 1997, aconteceu a Convenção de Kyoto, no Japão. Uma atualização do acordo, cada nação recebeu percentuais para reduzir a emissão de gases de efeitos estufa, até 2012. O encontro ficou conhecido como Protocolo de Kyoto.

Em 2015, a COP 21 em Paris, adota um novo acordo com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países Parte da UNFCCC para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável.

Todos os anos são realizadas conferências sobre o clima ao redor do mundo, o que de fato já aparenta a importância dessas discussões na agenda diplomática das nações ao redor do globo. Há forte tendência para um novo estilo econômico no mundo, as questões ambientais estão se tornando um assunto de todos, o que acaba elevando a discussões para outros níveis governamentais e corporativos.

IV. FUNDO AMAZÔNIA

O Fundo Amazônia (FA) foi criado pelo Governo Federal em 2008 com o Decreto Nº 6.527, trata-se de uma iniciativa do Instituto do Homem e Meio Amazônia (IMAZON), que se efetivou a partir de julho de 2009, com o objetivo de emitir boletins mensais para os municípios e acompanhar as negociações para cadastramento dos produtores rurais, perante o

Cadastro Ambiental Rural (CAR), desenvolvendo-se de modo contínuo, no âmbito de sua duração (MENDES, 2013).

Nesse sentido, o FA possui como finalidade ampliar o alcance (*scale up*) e conformar boas práticas de replicabilidade, no âmbito do projeto AMAZON. Sob esse aspecto, na região norte, incentiva-se medidas de combate ao desmatamento, priorizando a atores relevantes, delegando poderes e qualificando agentes públicos e da sociedade civil. Sendo assim, considera-se o empoderamento de liderança locais, sobretudo de governos municipais, para que se alcancem os objetivos do referido fundo (MACEDO, 2013).

Sendo assim, o FA objetiva-se a redução emissões de CO₂, resultantes do desmatamento e da degradação das florestas, consonante à proposta brasileira apresentada na 12ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Nairóbi, no Quênia, em 2006. Segundo o referido tratado, que foi ratificado pelo Estado Brasileiro, objetiva-se “a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático” (ARTIGO 2).

Para efetivação da proposta, o Fundo, que é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pela captação de recursos, de contratar e monitorar os projetos financiados, pelo Comitê Orientador, que determina as diretrizes e os resultados dos projetos financiados, e pelo Comitê Técnico, exerceria o papel de medir as emissões oriundas de desmatamentos ilegais na floresta Amazônica, a fim de controlá-las, confirmando a adesão brasileira aos esforços internacionais para evitar uma interferência antrópica perigosa e nefasta ao sistema climático global. Além do mais, o BNDES segue as diretrizes e critérios estabelecidos por um comitê orientador composto por representantes dos governos federal e estaduais, ONGs, movimentos sociais, povos indígenas, cientistas e empresas, a fim de empoderá-los.

De acordo com o site do Funda Amazônia, o principal objetivo da Organização é reduzir as emissões brasileiras provenientes de desmatamento, por meio da promoção da conservação e do uso sustentável no bioma amazônico, fortalecendo ações de comando e controle, para implementação de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros. Somente o Fundo contribuiu para o alcance das metas do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, em especial a meta 4, que estabelecia redução de 40% da taxa de desmatamento no período entre 2006 e 2009.

Para isso, seguem-se mecanismos de monitoramento do projeto, levado a efeito pelo BNDES, no âmbito da Logical Framework Analysis, estabelecendo as seguintes práticas (MENDES, 2013):

- Realização de inventário de linha de base das emissões de CO₂ oriundas do desmatamento;
- Monitoramento por meio do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD);
- Publicação de boletins mensais e anuais com os dados do desmatamento de cada município;
- Relatórios anuais de desmatamento e degradação florestal com os dados gerados por sistema de alta resolução;
- Utilização dessas informações por parte dos gestores públicos, atores sociais e privados para orientar ações de combate ao desmatamento e degradação florestal;
- Repercussão das ações na mídia;
- Levantamento anual do número de propriedades inseridas no CAR, para avaliar a eficácia de sensibilização dos produtores locais e capacitação dos agentes públicos e o progresso da adesão de imóveis rurais ao sistema;
- Levantamento do número de TACs assinados e monitorados pelo projeto, com relatórios publicados;
- Publicação de relatórios anuais sobre avaliação das ações de regularização fundiária e impactos socioeconômicos e ambientais nos municípios do projeto;
- Número de pessoas capacitadas para utilização/aplicação de ferramentas de sensoriamento remoto, geoprocessamento e uso do GPS;
- Inserções originais e reproduções na mídia citando o IMAZON em ações vinculadas ao projeto;
- Número e relevância de eventos e público participante;

Segundo Mendes (2013), no âmbito destas medidas supracitadas, as visitas de um pessoal técnico são consideradas. Nesta seguinte estrutura, há dois técnicos do BNDES, responsáveis pelo Fundo Amazônia, e são encarregados de fazer uma visita para fiscalizar os documentos financeiros e discutir aspectos técnicos. Ainda mais, os técnicos do IMAZON, após fazerem três visitas, emitem quatro relatórios, gerenciando um monitoramento. Nesse sentido, a IMAZON contou com uma estruturada de organização e com consistente experiência no monitoramento de projetos complexos, atendendo exigências legais e operacionais vinculadas ao BNDES.

No entanto, de acordo com relatórios de atividades do Fundo Amazônia, ao longo dos últimos 11 anos, foram recebidas doações voluntárias para aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção e combate ao desmatamento, causados pela região da Amazônia Legal, que é um território compreendido pelos entes do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso. Além disso, até 20% dos recursos do fundo foram destinados ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países com florestas tropicais.

No entanto, a partir de 2019, desde a gestão de Bolsonaro, é identificada uma política de flexibilização na legislação ambiental e o Fundo Amazônia está parado desde abril de 2019, quando o governo Bolsonaro extinguiu os colegiados Comitê Orientador (COFA) e o Comitê Técnico (CTFA), que formavam a base do Fundo. Por conta disso, houve uma contribuição pertinente para o expressivo avanço no desmatamento nas florestas brasileiras, seja em razão da seca, queimadas ilegais e extração madeireira, sobretudo com o aumento percentual substancial em relação aos outros anos.

O PAPEL DA ALEMANHA E NORUEGA NO FUNDO AMAZÔNIA

Para entendermos a participação internacional no Fundo Amazônia, é necessário que compreendam a posição brasileira sobre o meio ambiente na arena internacional:

“Nos debates e processos decisórios do ambientalismo internacional, os representantes brasileiros obedeceram à tendência dominante em não romper com os interesses econômicos e políticos desenvolvimentistas. E foram além. Diferindo da Malásia, por exemplo, que se opôs a qualquer intervenção nas suas questões de florestas, o governo consentiu na intervenção internacional na Amazônia. Um dos vários aspectos do consentimento brasileiro é fundamental para esta reflexão: ele reflete o antigo engajamento das elites políticas, científicas e intelectuais brasileiras à visão hierárquico-desenvolvimentista de natureza, pessoas, saberes, tecnologias e estilos de vida” (BENTES, 2005).

Sendo assim, a posição diplomática brasileira sobre o meio ambiente interferiu na participação internacional no Fundo Amazônia. Resultou-se, assim, posteriormente, em políticas e ações ambientais do Estado brasileiro, com a chancela internacional, guiado pelas promessas internacionais de alocação de recursos para a Região amazônica. A partir desses esforços, configurou-se o Fundo Amazônia.

Assim, é notável a partir de estatísticas divulgadas pelo BNDES, que houve uma diminuição do desmatamento na Amazônia, evoluindo de forma constante, possibilitando a formação de parcerias internacionais com os governos da Noruega e da Alemanha, e repasses de doações financeiras voluntárias, a partir de 2008. Sendo assim, segundo as estatísticas, o Fundo Amazônia recebeu aproximadamente R\$ 3,4 bilhões em doações, sendo 93,8%,

provenientes do governo da Noruega, 5,7% do governo da Alemanha, por meio do *KfW Entwicklungsbank*, e 0,5% da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

O governo da Noruega foi o primeiro país a reconhecer a importância e assumir o compromisso do Fundo da Amazônia e também é o maior doador de recursos ao Fundo. Sendo que essa cooperação entre Brasil e Noruega, iniciou-se em 2008, a partir de um acordo de cooperação internacional, que se comprometia a doação até USD 1 bilhão. Nesse sentido, a Noruega doou 700 milhões de coroas norueguesas ao Fundo em 2009 e comprometeu-se com aportes da mesma magnitude em 2010 e 2013, logo foram celebrados cinco aditivos ao acordo de doações, por meio dos quais a Noruega se comprometeu a realizar doações adicionais ao Fundo entre 2009 e maio de 2013 (repassando seis doações no valor total de US\$ 130 milhões). Em 17 de setembro de 2013, o BNDES e o governo da Noruega assinaram um novo contrato (*amended and restated donation agreement*), visando consolidar os acordos anteriores de doação da Noruega para o Fundo Amazônia e ampliar a vigência dessa cooperação. Desse modo, com esses acordos firmados, o governo norueguês poderia progredir nas pesquisas do NICFI (*Norway's International Climate and Forest Initiative*), assim estabelecendo suas atividades de pesquisas na Amazônia.

Além da cooperação do governo da Noruega, o Fundo Amazônia recebeu no apoio do governo da Alemanha, celebrado em 7 de dezembro de 2010, com um acordo de cooperação financeira apoiada entre o *KfW Entwicklungsbank* e o BNDES, contrato de contribuição financeira ao Fundo Amazônia no valor de US\$ 28 milhões. Nessa perspectiva, até o fim de 2019, o governo da Alemanha aportou o total de US\$ 68 milhões para o Fundo. Desta maneira, o governo alemão também se beneficiou com o acordo para progredir nas áreas de pesquisas.

Contudo, entre 2019 e 2020 o desmatamento na Amazônia e as queimadas elevaram-se a níveis exponenciais, prejudicando seriamente a imagem do Brasil no exterior. Chefes de Estado e membros dirigentes de organizações manifestaram sua extrema preocupação com o aumento alarmante das taxas de desmatamento na Amazônia. Desse modo, Fundos de investimentos e coalizões empresariais criticaram a conduta institucional que facilitou os perigosos eventos. Os governos da Noruega e da Alemanha, principais doadores ao Fundo Amazônia, registraram sua insatisfação com a política ambiental do governo federal. Dessa forma, a Noruega e a Alemanha suspenderam suas contribuições para o Fundo, justificada pelo aumento da taxa de desmatamento na Amazônia e pelas negociações travadas, a imposição do Ministério do Meio Ambiente em usar parte do dinheiro para a recuperação. E

posteriormente resultando no fechamento do ano de 2019 com R\$ 1,54 bilhão paralisado no Fundo Amazônia, e pela primeira vez, sem nenhum novo projeto anual aprovado.

E por fim, em maio de 2020, o vice-presidente da República, reativou o Conselho Nacional da Amazônia, e retomou o diálogo com os embaixadores da Noruega e da Alemanha no Brasil. Mesmo com uma nova proposta de governança para o Fundo Amazônia, não houve consenso. Pois a imagem negativa do governo brasileiro na Europa e o agravamento da crise ambiental são obstáculos significativos que impedem a retomada do Fundo Amazônia.

V. O PAPEL DO ITAMARATY NA DIPLOMACIA AMBIENTAL

Entre os anos 50 e 60, após a Segunda Guerra Mundial, e a real necessidade de se discutir clima no mundo, o Brasil não ficou de fora dos principais fóruns relacionados às questões ambientais, até mesmo por ser referência no mundo pelas belezas exuberantes e abundância em recursos naturais, o Brasil sempre foi associado ao verde e ao meio ambiente.

Desde a Conferência de Estocolmo em 1972, o Brasil adotou certo protagonismo nos fóruns de discussões, principalmente como representante das nações tidas como em desenvolvimento ou subdesenvolvidas.

“Nesses fóruns, o Brasil sempre foi a liderança do desenvolvimento. Ajudou a desenvolver princípios que perduram até hoje, como as responsabilidades comuns, porém diferenciadas ou a lógica de que “a pobreza é a pior forma de poluição” (frase que honrou a participação brasileira em Estocolm-72), colocando uma hierarquia de interesses de países mais pobres: primeiro temos que nos desenvolver, vencer a pobreza; depois pensamos no meio ambiente. O segundo seria impossível sem o primeiro” (MALTA, 2019).

Após o fim da ditadura militar, o Brasil passa a dar importâncias a questão ambiental, e ver uma grande oportunidade de projeção global, justamente em um momento de redemocratização do país, e da necessidade de expansão de diálogo e negociações com o mundo. Esse projeto universalista acaba tornando o Brasil sede da Rio/Eco-92 (COP 92), justamente 20 anos após Estocolmo.

A diplomacia soube explorar bem as riquezas naturais brasileiras, para projetar o país internacionalmente e atrair bons frutos para o país. O corpo diplomático brasileiro sempre foi elogiado pelo alto nível de preparação e intelectualidade, o que fortalece o país nas discussões ambientais com um domínio sobre os temas.

Nos anos 2000, o Brasil viveu seu auge na diplomacia ambiental, durante a COP 15, na Dinamarca. A conferência foi pautada sobre as diretrizes que sempre o Brasil reclamava nos fóruns, como crescimento contínuo, erradicação da fome, esgotamento do ciclo das

commodities. Esse encontro fez com que o Brasil ganhasse relevância inédita no protagonismo ambiental global.

Após as eleições presidenciais de 2018, o Brasil passou por uma reformulação política, que desde então não contribuiu em nada para o diálogo e a cooperação multilateral sobre as questões ambientais, a desativação do Fundo Amazonia, e flexibilização de normas que marcam um retrocesso e ameaça a anos de pesquisa estudos, e esforços diplomáticos sobre as questões ambientais. Exemplo das mudanças política e no Itamaraty:

“Numa sequência de mudanças políticas, o governo Jair Bolsonaro desistiu de sediar a Conferência do Clima (COP) 25, e rebaixou o tema na estrutura interna do Itamaraty. Agora, é alvo de ameaças de perda de investimentos externos e bloqueio a exportações, além da desconfiança de seu real empenho em levar adiante negociações preservacionistas. Logo ao assumir o cargo, o chanceler Ernesto Araújo promoveu o que chamou de "agenda de luta contra o ambientalismo ideológico". Reduziu a equipe dedicada a temas ambientais e rebaixou a chefia do setor na estrutura do ministério” (ESTADÃO, 2020).

A mudança na estrutura do Itamaraty é criticada por vários embaixadores experientes. Em entrevista ao jornal Estadão (2020), o embaixador aposentado Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda e do Meio Ambiente, considera que o Brasil sofreu uma "perda total" de protagonismo na área ambiental. "Até o governo passado, o Brasil era um dos players principais, claro que não no mesmo nível dos Estados Unidos e da China", afirmou. "O Brasil se anulou internacionalmente, não tem mais nada a dizer."

Na atual gestão, indicadores mostram que o Itamaraty segue na contramão dos assuntos de maiores relevâncias no campo político internacional, o forte negacionismo sobre os estudos e os fatos essenciais para manutenção da vida humana nas próximas gerações são ignorados, e o Brasil busca alianças com outros países sem relevância nenhuma nas discussões sobre o tema. Será um trabalho de anos, talvez décadas, para recolocar e restabelecer o protagonismo brasileiro no campo internacional.

As tendências globais sobre assuntos relacionados ao meio ambiente tem forte tendência de crescimento, resultados são a grande rapidez que o assunto entra nas agendas da União Europeia e Estados Unidos. A população desses lugares, foram as urnas alguns anos atrás, e responderam a altura a classe política uma verdadeira resposta de sentimento sobre a questão ambiental. O que torna a liderança desses países obrigados a reformularem os seus campos de atuação e de negociações, restrições e legislações devem ganhar mais notoriedade nas relações comerciais. O Itamaraty terá um grande desafio pela frente, na formulação de alternativas para recriar uma imagem positiva do Brasil no exterior. De acordo com Lawrance e Ali:

“Independent scientific investigations play a role in environmental treaty making, but they are intertwined with, not separate from, political considerations. [...] There are still those who would prefer to solve environmental problems by separating scientific analysis from political considerations. Their objective is to isolate, not balance, science and politics” (SUSSKIND; ALI, 2015, p. 67 e 73).

Desenvolver pesquisa científica, investir em desenvolvimento de conhecimento e material para analisar com precisão as questões ambientais é extremamente necessário para um quadro corporativo de representação, como o Itamaraty. Sem resultados científicos, e sem dar a devida importância ao tema, existe uma forte tendência para o isolamento.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Funda Amazônia já completou 13 anos e, apesar do relativamente curto espaço de tempo, é evidente os benefícios transformadores e redutíveis de desflorestamento, que esse fundo pode proporcionar. Embora atualmente, os resultados tem se apresentado retrocedidos, ou seja, de regressão sobre os avanços da preservação ambiental, fatos concretos podem muito distante do desejável. Porém, não há dúvida de que há um empenho generalizado em reduzir as emissões brasileiras, principalmente da sociedade civil, indígenas, ativistas ambientais, políticos e ONGs. A promoção da conservação e do uso sustentável no bioma amazônico é necessário.

O papel do Itamaraty e a firmação de novos acordos, são necessários para estabelecer resultados, e novas metas para redução de desmatamento e emissão de gases. A negociação é fundamental para manutenção da paz e da segurança global. Negar a realidade, é se abster da realidade que paira sobre os verdadeiros olhos das gerações presentes e futuras.

A política para a Amazônia ainda é bastante contraditória no Brasil. Essas ainda divergem entre uma matriz protecionista ambiental e humana, e outra desenvolvimentista, com pensamentos de atraso econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fundo Amazônia tem R\$ 2,9 bilhões paralisados pelo governo Bolsonaro, alertam ONGs. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/10/26/fundo-amazonia-tem-r-29-bilhoes-emconta-parados-apos-paralisacao-pelo-governo-bolsonaro-alerta-rede-de-organizacoes.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. **Por que, afinal, Noruega e Alemanha doam recursos para o Brasil?** 2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/por-que-afinal-noruega-e-alemanha-doam-recursos-para-o-brasil-o-fundo-amazonia-em-10-perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 13 mai. 2021.

PINSKY, Jacques Marcovitch I e Vanessa. **Bioma Amazônia: atos e fatos**. 2020. Disponível em: <[https:// www.scielo.br/pdf/ea/v34n100/1806-9592-ea-34-100-83.pdf](https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n100/1806-9592-ea-34-100-83.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2021.

AMAZÔNIA, Fundo. **Por dentro dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia**. 2019. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/noticia/Por-dentro-dos-projetos-apoiados-pelo-Fundo-Amazonia>. Acesso em: 13 mai. 2021.

AMAZÔNIA, Fundo. **Fundo Amazônia recebe nova doação da Noruega no valor de US\$ 70 mi**. 2017. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/noticia/Fundo-Amazonia-recebe-nova-doacao-daNoruega-no-valor-de-US\\$-70-mi/](http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/noticia/Fundo-Amazonia-recebe-nova-doacao-daNoruega-no-valor-de-US$-70-mi/). Acesso em: 13 mai. 2021.

KURK, Dorsey. **Environmental Diplomacy**. 2021. Disponível em: < <https://www.encyclopedia.com/social-sciences/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/environmental-diplomacy>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

IBERDROLA. **A juventude se manifesta contra as mudanças climáticas**. Compromisso com o meio ambiente. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/compromisso-social/greta-thunberg-compromisso-ambiental>. Acesso em: 14 mai. 2021.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MALTA, Fernando. **Diplomacia Brasileira e o Meio Ambiente: de exemplo global a pária internacional**. Autossustentável: sustentabilidade ao alcance de todos. 2019. Disponível em: <https://autossustentavel.com/2019/09/diplomacia-brasileira-e-o-meio-ambiente-de-exemplo-global-a-paria-internacional.html>. Acesso em: 14 mai. 2021.

ESTADÃO, Conteúdo. **Itamaraty reduz importância de área ambiental na diplomacia do Brasil**. Seu Dinheiro. Meio Ambiente. 2020. Disponível em: < <https://www.seudinheiro.com/2020/politica/itamaraty-reduz-importancia-de-area-ambiental-na-diplomacia-do-brasil/>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

SUSSKIND, Lawrence; ALI, Saleem. *The Need for a Better Balance between Science and Politics. Environmental diplomacy: Negotiating more effective global agreements*. New York: Oxford University Press, 2015.

Bentes, Rosineide. **A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia**. Estudos Avançados [online]. 2005, v. 19, n. 54, pp. 225-240. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200013>> Acesso em: 22 mai. 2021.

MARCOVITCH, Jacques. **A gestão da Amazônia – ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas**. São Paulo: Edusp. 2011.

STRASSBURG, B.B.N. **Sumária avaliação econômica dos impactos das mudanças climáticas sobre biomas brasileiros**. Relatório do autor, 2009.

IPCC, A. R. *Intergovernmental Panel on Climate Change*. 2007. Disponível em: www.ipcc.org. Acesso em: 25 mai. 2021.

MOUTINHO et al. REDD no Brasil: um enfoque amazônico. Fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD. 3^a ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.